USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

CNPJ nº 04.739.720/0001-24
NIRE 42 3 0002610-7

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul (Usina), localizada no município de Candiota, estado do Rio Grande do Sul (RS), que utilizará o carvão mineral como fonte de energia. A Usina está em construção, e terá 345,0 MW de capacidade instalada. A conclusão das obras está prevista para o primeiro trimestre de 2019.

Em 28 de novembro de 2014, a Usina vendeu 294,5 MW médios no 20º Leilão de Energia Nova (A-5/2014), em contrato de 25 anos, ao preço de R$ 233,5/MWh, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

2. Controle Acionário

A Companhia é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("EBE" ou "ENGIE Brasil Energia"), empresa sediada em Florianópolis, que atua na geração e também na comercialização de energia elétrica. No segmento de geração, implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas e termelétricas e também usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas. Na área de comercialização, compra e vende energia convencional e incentivada, nos ambientes de contratação regulada e livre, mantendo clientes em todo o território nacional. O ano de 2017 marcou o ingresso na ENGIE Brasil Energia em um novo segmento do setor elétrico, o de transmissão de energia.

Em 12.04.2017, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o processo de negociação com a empresa ContourGlobal para a aquisição do Complexo Termelétrico Pampa Sul não evoluiu satisfatoriamente, tendo a Companhia decidido avaliar alternativas para a continuidade do processo de descarbonização do seu portfólio.

3. Ambiente Macroeconômico

Após dois anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. Embora modestos, tais sinais indicam potencial para um ambiente mais favorável aos negócios nos anos seguintes. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou alta de 1,0% no ano. Em 2016, o resultado havia sido de retração de 3,5% em 2016[1].

[1] Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2017 em 2,95% — ante 6,29% registrado no ano anterior[1]. A queda dos juros também favoreceu a melhoria do cenário. Ao longo do ano, a taxa Selic passou de 12,9% para 7,4% - seu menor patamar histórico. O dólar comercial registrou alta de 1,99% no ano, cotado a R$ 3,314 na venda.

Após três anos de queda, a produção industrial encerrou 2017 com crescimento de 2,5% — a maior alta de desempenho desde 2010[1]. Apesar da retomada, o desemprego ainda atingia 12,6 milhões de brasileiros no último trimestre do ano, taxa de 12%, praticamente estável em relação ao ano anterior.

4. Implantação da Usina

Foram concluídas as obras civis da chaminé, com o atingimento da altura final de 195 metros e as complexas operações de logísticas para o transporte e posicionamento da turbina e do gerador (o último com peso combinado total em transporte de 850 toneladas e comprimento de 135 metros, uma das maiores operações de transporte em rodovias brasileiras). O avanço físico total da obra atingiu 77% ao fim do período, com destaque para as obras da correia transportadora de carvão e barragem (praticamente finalizadas).

5. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final do ano com 48 empregados, aumento de 23,1% se comparado aos 39 registrados ao fim de 2016. Os dados de saúde e segurança da Companhia foram:

Indicadores de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)	2016	2017	Variação
Taxa de Frequência (TF), não incluindo terceirizadas[1]	0,000	0,000	-
Taxa de Gravidade (TG), não incluindo terceirizadas[2]	0,000	0,000	-
Taxa de Frequência (TF), incluindo prestadores de serviços[1]	4,900	2,220	↓
Taxa de Gravidade (TG), incluindo prestadores de serviços[2]	0,032	0,028	↓

1) TF = nº de acidentes do trabalho ocorridos em cada milhão de horas de exposição ao risco
2) TG = nº de dias perdidos com os acidentes de trabalho ocorridos em cada mil horas de exposição ao risco

6. Programas Socioambientais

A partir da identificação e avaliação dos impactos socioambientais gerados em decorrência do empreendimento, são propostos os programas de intervenção, controle e monitoramento na área de influência, com vistas a avaliar a evolução dos impactos previstos e a eficiência das medidas propostas nas fases de implantação e operação do empreendimento.

Os programas têm como premissa básica a proposição de ações capazes de evitar, atenuar, reparar ou compensar os danos/impactos previstos, assim como otimizar os investimentos a serem aplicados na região.

Abaixo, apresentamos a lista dos planos e programas socioambientais do projeto:

- Sistema de Gestão Ambiental das Obras – SGA
- Plano Ambiental da Construção - PAC
    - Subprograma de Saúde e Segurança no Trabalho; de Controle e Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de Controle e Gerenciamento de Efluentes Líquidos de Controle e Monitoramento das Emissões Atmosféricas e Qualidade do Ar; de Monitoramento das

Águas Superficiais de Monitoramento das Águas Subterrâneas e de Ruídos; Controle das Estruturas de Contenção Física, Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas; de Controle de Pragas e Vetores; de Gerenciamento de Riscos e Emergências Ambientais; e de Monitoramento e Controle Ambiental das vias de Acesso

- Monitoramento da Qualidade do Ar, Meteorológico e Emissões Atmosféricas
- Gestão do Reservatório
- Supressão Vegetal e Limpeza das Áreas de Alague
- Subprograma de Salvamento de Germoplasma Vegetal
- Reposição Florestal
- Revegetação das Matas Ciliares e Conexão do Corredor Ecológico
- Resgate e Afugentamento de Fauna
- Resgate e Monitoramento da Ictiofauna
- Monitoramento da Fauna Terrestre
- Controle de Atropelamento da Fauna
- Controle e Erradicação de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras
- Implantação da Cortina Vegetal
- Atividades e Responsabilidade Social das Obras
- Comunicação Social
- Educação Ambiental
- Subprograma de Educação Ambiental para a Comunidade da AID, para os Trabalhadores e para Agricultura Familiar
- Monitoramento dos Indicadores de Saúde
- Acompanhamento e Salvamento do Patrimônio Arqueológico
- Subprograma de Educação Primonial na Vila do Seival
- Desapropriação e Indenização de Proprietários Atingidos

7. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2017.

9. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram com a Companhia no ano de 2017.

A Administração

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

CNPJ nº 04.739.720/0001-24 | NIRE nº 42 3 0002610-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.806	20.983
Outros		607	1.976
		6.413	**22.959**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	17.297	14.912
Outros ativos não circulantes		470	2.291
		17.767	**17.203**
Imobilizado	**6**	**1.665.245**	**779.548**
Intangível		**5.904**	**2.077**
		1.688.916	**798.828**
TOTAL		**1.695.329**	**821.787**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	7	37.488	13.923
Imposto de renda e contribuição social a pagar		280	4.926
Outras obrigações fiscais e regulatórias	8	1.813	558
Perdas não realizadas em operações de *hedge*		1.944	-
Obrigações trabalhistas		1.276	3.647
Outros		33	-
		42.834	**23.054**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9**		
Capital social		600.000	600.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.054.150	178.324
Outros resultados abrangentes		(93)	20.708
Prejuízos acumulados		(1.562)	(299)
		1.652.495	**798.733**
TOTAL		**1.695.329**	**821.787**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

CNPJ nº 04.739.720/0001-24 | NIRE nº 42 3 0002610-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Administradores		(1.416)	-
Serviço de terceiros		(417)	(410)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(6)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**(1.833)**	**(416)**
Resultado Financeiro		**(79)**	**(83)**
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS		**(1.912)**	**(499)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		21	(10.618)
Diferido		628	10.789
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(1.263)**	**(328)**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(1.263)**	**(328)**
Outros resultados abrangentes		
Hedge de fluxo de caixa		
Perdas não realizadas originadas no exercício	(5.399)	(289.492)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.836	98.427
(Perdas) Ganhos realizados originados no exercício	(17.238)	4.781
	(20.801)	**(186.284)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(22.064)**	**(186.612)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

CNPJ nº 04.739.720/0001-24 | NIRE nº 42 3 0002610-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	AFAC	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 01.01.2016		**148.805**	**-**	**29**	**206.992**	**-**	**355.826**
Aumento de capital		451.195			-	-	451.195
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	178.324	-	-	-	178.324
Prejuízo do exercício		-			-	(328)	(328)
Absorção do prejuízo		-	-	(29)	-	29	-
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	(186.284)	-	(186.284)
SALDOS EM 31.12.2016	**9**	**600.000**	**178.324**	**-**	**20.708**	**(299)**	**798.733**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	875.826	-	-	-	875.826
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.263)	(1.263)
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	(20.801)	-	(20.801)
SALDOS EM 31.12.2017	**9**	**600.000**	**1.054.150**	**-**	**(93)**	**(1.562)**	**1.652.495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

CNPJ nº 04.739.720/0001-24 | NIRE nº 42 3 0002610-7

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(1.912)	(499)
Conciliação do prejuízo com o caixa gerado nas operações		
Juros	5	13
Prejuízo ajustado	**(1.907)**	**(486)**
(Aumento) redução nos ativos		
Outros créditos fiscais a recuperar	(11)	(393)
IR e CS a recuperar	(166)	-
Outros ativos circulantes	18	271
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	51	(15)
IR e CS a pagar	21	(90)
Outras Obrigações fiscais e regulatórias	1.377	332
Obrigações trabalhistas	(2.371)	3.051
Outros	32	1
Caixa (utilizado nas) gerado pelas operações	**(2.956)**	**2.671**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(4.800)	(5.729)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(7.756)**	**(3.058)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(866.010)	(612.770)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(866.010)**	**(612.770)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para aumento de capital	875.826	178.324
Aumento de capital	-	451.195
Perdas (ganhos) realizados de *hedge* não capitalizado	(17.237)	4.781
Caixa líquido das atividades de financiamento	**858.589**	**634.300**
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(15.177)**	**18.472**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	20.983	2.511
Saldo final	5.806	20.983
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(15.177)**	**18.472**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de ativos imobilizado e intangível	37.358	13.843
Compensação de imposto de renda e contribuição social	92	92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A
CNPJ nº 04.739.720/0001-24 | NIRE nº 42 3 0002610-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") foi constituída em 31.10.2001 com prazo de duração indeterminado. A sede da Companhia está localizada no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina (SC).

O seu objeto social é a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul), podendo constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

Em junho de 2015, o Ibama emitiu a Licença de Instalação para a UTE Pampa Sul, localizada no município de Candiota, no estado do Rio Grande do Sul. O projeto UTE Pampa Sul foi aprovado como empreendimento prioritário para geração de energia pelo Ministério de Minas e Energia (MME), e fornecerá energia elétrica para o mercado por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), contribuindo para a estabilidade do sistema energético. Ao final de 2017, a obra atingiu progresso acumulado de 77%.

A UTE Pampa Sul terá capacidade instalada de 345 MW e garantia física de 324 MW médios e a entrada em operação comercial está prevista para o primeiro trimestre de 2019.

Em 15.02.2017, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), mandatou o Banco Morgan Stanley S.A. para prestar assessoria financeira em uma sondagem de mercado, não vinculante, visando identificar potenciais compradores para seus ativos de energia a carvão, dentre eles a UTE Pampa Sul.

Em 12.04.2017, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o processo de negociação com a empresa ContourGlobal para a aquisição do Complexo Termelétrico Pampa Sul não evoluiu satisfatoriamente, tendo a Companhia decidido avaliar alternativas para a continuidade do processo de descarbonização do seu portfólio.

Em 31.12.2017, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 36.421, contudo, a Companhia conta com todo o suporte necessário da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez. Adicionalmente, em 31.12.2017, foi avaliada a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e não há dúvidas quanto à capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro.

A potencial operação de alienação está em linha com a estratégia de descarbonização da ENGIE em todo o mundo, focada em atividades de baixa emissão de carbono, como geração de energia renovável, gás natural e infraestrutura.

O estágio atual do processo de negociação com o potencial comprador não permite avaliar o prognóstico quanto a possibilidade de venda da empresa.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2018.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de compromissos futuros em moeda estrangeira, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

b.1) *Hedge* de fluxos de caixa

No início da operação de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e serviços para o ativo imobilizado são designados como "*Hedge* de fluxo de caixa". Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes", e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

c) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. De

acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não serão recuperados através de suas operações futuras.

d) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis.

e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Estes são integralmente apresentados no grupo não circulante, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

f) Novas normas, alterações e interpretações

f.1) Aplicáveis às demonstrações contábeis de 31.12.2017

As normas contábeis novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em 01.01.2017, foram adotadas nas demonstrações contábeis e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período: (i) Alterações ao CPC 03 (IAS 7): Iniciativa de divulgação; (ii) Alterações ao CPC 32 (IAS 12): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e (iii) Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

f.2) Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

A partir do exercício iniciado em 01.01.2018, os seguintes tornar-se-ão efetivos.

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, contabilidade de *hedge* e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01.01.2019 estará vigente a seguinte norma:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém, não espera efeitos significativos em suas demonstrações contábeis com a adoção dos novos pronunciamentos, quando aplicáveis.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários à vista	**448**	**2.896**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	5.358	18.087
	5.806	**20.983**

NOTA 5 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2017				31.12.2016
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	40.357	10.090	3.632	13.722	-
Receitas financeiras e ganhos realizados capitalizados no imobilizado	4.643	1.161	417	1.578	9.428
Operações de *hedge* de fluxo de caixa	1.944	486	175	661	-
Outros	4.129	965	371	1.336	6.659
		12.702	**4.595**	**17.297**	**16.087**
Passivo:					
Operações de *hedge* de fluxo de caixa	-	-	-	-	(1.175)
Valor Líquido		**12.702**	**4.595**	**17.297**	**14.912**

b) Expectativa de realização

	Ativo
2018	661
2019	9.857
2020	4.369
2021	252
2022	252
2023	252
2024 a 2028	330
2029 a 2033	1.324
	17.297

NOTA 6 – IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Em curso		
Reservatórios, barragens e adutoras	105.675	68.448
Máquinas e equipamentos	824.059	143.125
Edificações e benfeitorias	204.952	70.409
Adiantamento a fornecedores	324.227	406.347
Aquisições a ratear	206.332	91.219
	1.665.245	**779.548**

b) Imobilizado em curso

Em 31.12.2017 a obra apresenta 77% de progresso acumulado, sendo os principais marcos a conclusão das obras da chaminé e das operações logísticas para o transporte e posicionamento da turbina e do gerador, classificados como máquinas e equipamentos. As obras relativas à barragem para captação de água encontram-se próximas de sua conclusão na data base 31.12.2017.

NOTA 7 – FORNECEDORES

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores de materiais e serviços	37.358	13.843
Fornecedores de imobilizado	130	80
	37.488	**13.923**

NOTA 8 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para bônus gerencial	-	2.763
Provisão para férias	1.052	715
Salários e encargos sociais a pagar	224	167
Outras	-	2
	1.276	**3.647**

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31.12.2017 e 31.12.2016 é de R$ 600.000, representado por 600.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, das quais 599.999.999 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC").

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

O montante de aumento R$ 1.054.150 (R$ 178.324 em 31.12.2016) foi recebido da controladora com a finalidade de financiar a construção da Usina.

c) Outros resultados abrangentes

Refere-se aos efeitos do *hedge* de fluxo de caixa que corresponde à parcela efetiva do ganho ou perda acumulada resultante das variações do valor justo dos instrumentos de *hedge* contratados para fins de proteção dos fluxos de caixa, cuja operação está descrita na Nota 10 – Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros. Em 31.12.2017, o saldo de perdas, líquidas de imposto de renda e contribuição social, é de R$ 93 (R$ 20.708 de ganhos, líquidos de imposto de renda e contribuição social, em 31.12.2016).

NOTA 10 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na Administração e mensuração desses riscos no ano de 2017.

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta está relacionado com as operações de *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia mantém contratado, em 31.12.2017, *Non-Deliberable Forward* (NDF), com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da UTE Pampa Sul.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As únicas operações de hedge contratadas pela companhia são os referidos NDF.

O valor *notional* dos referidos NDF nessa data é de US$ 57.091, os quais estão firmados com o Bradesco, o Citibank e o Itaú e têm seus vencimentos até dezembro de 2018.

Em 31.12.2017, as perdas não realizados dos NDF totalizavam uma posição passiva de R$ 1.944 (posição ativa de R$ 3.455 em 31.12.2016). A contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes", líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, totalizando R$ 1.284. Adicionalmente, foi reconhecido em 2017, na rubrica "Outros resultados abrangentes", o montante de R$ 1.191, referente a ganhos realizados em NDF recontratadas em função da revisão do fluxo de pagamentos ao fornecedor.

Os ganhos não realizados, líquidas dos efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos, incorridos no ano de 2017 foram de R$ 3.563 (R$ 191.065 em 31.12.2016) e estão apresentados na "Demonstração dos resultados abrangentes".

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro da ENGIE Brasil Energia. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

NOTA 11 – SEGUROS

A Pampa Sul possui seguro de risco de engenharia no montante de R$ 1.830.000 para todo o período da obra e cobertura para o risco de responsabilidade civil de R$ 190.000.

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Contratos para construção em andamento

A Companhia firmou contratos vinculados à construção de usina, após a comercialização de 294,5 MW, através de leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014, a serem entregues a partir de 1° de janeiro de 2019. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2017, são de R$ 303.544 (R$ 1.295.299 em 31.12.2016).

NOTA 13 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de contratação de financiamento

Em 22.02.2018, o Conselho de Administração da sua controladora Engie Brasil Energia S.A. aprovou a contratação de financiamento, junto ao BNDES, para implantação da UTE Pampa Sul, no montante de R$ 728.950.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2017, da da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

Edson Luiz da Silva
Conselheiro

Simone Cristina De Paola Barbieri
Conselheira

Gustavo Henrique Labanca Novo
Conselheiro

Carlos Henrique Bomquimpani de Freitas
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Odilon da Gama Parente Filho
Diretor Presidente

Fernando Aires de Alencar
Diretor Administrativo e Financeiro

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 - Salas 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Os valores relativos às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 31 de março de 2017, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 25 de abril de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.